



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE JAGUARAIÁ • PR

Artigo 37 da Constituição Federal | Artigo 153 da Lei Orgânica Municipal
Criado de Acordo com a Lei Municipal 2603/2016 Regulamentado pelo decreto 452/2016

www.jaguaraiá.pr.gov.br

Jaguaraiá, 27 de agosto de 2025

03 Páginas / Ano 9 / Edição nº 957



LEIS

LEI nº. 3075/2025

EMENTA: Altera a Lei Municipal nº. 3.042/2025 que cria tratamento diferenciado e favorecido às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e outras que tratam as Leis Complementares Federais nºs. 123/2006, 128/2008 e 139/2011, e dá outras providências.

AUTORIA: Poder Executivo Municipal.

A Câmara Municipal de Jaguaraiá Aprovou e eu, Prefeito Municipal, na forma do disposto no artigo 67 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de novembro de 2002 e Lei Federal nº 4.320/64, **SANCIONO** a seguinte **LEI**:

Art. 1º Revoga-se o art. 15 da Lei Municipal nº. 3.042/2025,

"*Art. 15. Revogado*".

Art. 2º Revoga-se o art. 16 da Lei Municipal nº. 3.042/2025, passando a dispor o seguinte:

"*Art. 16. Revogado*".

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, podendo ser regulamentada mediante Decreto do Executivo Municipal.

Paço Municipal, 27 de agosto de 2025.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal

DECRETOS

DECRETO nº. 1038/2025

Súmula: Dispõe sobre a Autorização para abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 187.640,00 (Cento e oitenta e sete mil e seiscentos e quarenta reais).

O Prefeito Municipal de Jaguaraiá, Estado de Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 67 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de novembro de 2002, Lei Federal nº. 4.320/64 e artigo 4º, e 7º, da Lei Municipal nº. 3.018/2024,

DECRETA

Artigo 1º. Fica aberto no Orçamento Geral do Município de Jaguaraiá, no Corrente Exercício Financeiro, um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 187.640,00 (Cento e oitenta e sete mil e seiscentos e quarenta reais) para as seguintes Dotações Orçamentárias:

09 SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO - SETUR
2.034 Manutenção dos Serviços Administrativos da SETUR
156 3.1.90.94.00.00.00.00 0000 Indenizações e Restituições Trabalhistas 4.000,00

10 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA - SEMEC
2.040 Manutenção dos Serviços Administrativos da SEMEC
185 3.1.90.94.00.00.00.00 0104 Indenizações e Restituições Trabalhistas 1.000,00
2.047 Manutenção da educação Fundamental
206 3.1.90.94.00.00.00.00 0101 Indenizações e Restituições Trabalhistas 4.400,00
2.055 Manutenção dos Serviços do Departamento de Cultura
258 4.4.90.52.00.00.00.00 2000 Equipamentos e Material Permanente 149.040,00

11 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS
2.063 Manutenção dos Serviços Administrativos do Fundo Municipal de Saúde
279 3.3.90.39.00.00.00.00 0504 Material de Consumo 18.200,00
279 3.3.90.39.00.00.00.00 0303 Material de Consumo 11.000,00

Artigo. 2º. Os recursos necessários à suplementação a que se refere o artigo anterior, decorrerão do artigo 4º, incisos I, II, III, IV e V, artigo 7º, Parágrafo 1º, e 2º, inciso II da Lei nº. 3.018/2024, artigo 43, Parágrafo 1º, inciso II, da Lei nº. 4.320/1964, provenientes:

I. Oriundo do cancelamento da seguinte Dotação:

02 SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEGOV
2.006 Organização das Comemorações do Aniversário do Município
15 3.3.90.39.00.00.00.00 2000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 149.040,00

07 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA - SEMIL
1.003 - Obras Públicas
125 4.4.90.51.00.00.00.00 0504 Obras e Instalações 18.200,00

09 SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO - SETUR
2.034 Manutenção dos Serviços Administrativos da SETUR
153 3.1.90.11.00.00.00.00 0000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil 4.000,00

10 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA - SEMEC
2.040 Manutenção dos Serviços Administrativos da SEMEC
182 3.1.90.11.00.00.00.00 0104 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil 1.000,00
2.047 Manutenção da educação Fundamental
204 3.1.90.11.00.00.00.00 0101 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil 4.400,00

11 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS
2.063 Manutenção dos Serviços Administrativos do Fundo Municipal de Saúde
281 3.3.90.39.00.00.00.00 0303 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 11.000,00

Artigo 3º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir na Lei Municipal nº. 2.866, de 02 de agosto de 2021 (Plano Plurianual - PPA 2022 - 2025).

Artigo 4º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir na Lei Municipal nº. 3.012, de 25 de setembro de 2024 (Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2025).

Artigo 5º. Este Decreto entrará em vigor na presente data.

Artigo 6º. Publique-se, registre-se e anote-se.

Gabinete do Prefeito, 26 de agosto de 2025.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal

ELIEL MENDES DOS SANTOS SALES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ
Secretário Municipal de Finanças e Planejamento Orçamentário

DECRETO nº. 1039/2025

Súmula: Dispõe sobre a composição da Comissão de Gestão de Qualidade do Hospital Municipal Carolina Lupion - HMCL e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Jaguaraiá, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 67 incisos IX, X e XI, da Lei Orgânica do Município, e com base no Protocolo Geral sob nº. 11888/2025,

DECRETA

Artigo 1º. NOMEIA para compor a COMISSÃO DE GESTÃO DE QUALIDADE DO HMCL, que será integrado pelos seguintes membros:

• **Como Membro Consultor**, Representante de Nível Superior dos Serviços de Superintendência Hospitalar

o **JEAN CARLO RIBEIRO DOS SANTOS**, brasileiro, solteiro, servidor público municipal com cargo em provimento comissionado de Superintendente do HMCL, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. XXX.828-4 II/PR, e inscrito no CPF/MF sob nº. XXX.XXX.609-87;

• **Como Membro Supervisora**, Representante de Nível Superior do Serviço de Enfermagem

o **RAQUEL MAGANIATI**, brasileira, viúva, servidora pública municipal com cargo em provimento efetivo de Enfermeira Obstetra, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. XXX.847-2 II/PR, e inscrita no CPF/MF sob o nº. XXX.XXX.899-15;

• **Como Membro Coordenadora**, Representante de Nível Superior da CCIH e NSP

o **ALINE DALCIN SEGABINAZI**, brasileira, casada, servidora pública municipal com cargo em provimento efetivo de Enfermeira, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. XXX.152-5 SSP/RS, e inscrita no CPF/MF sob o nº. XXX.XXX.320-27.

Artigo 2º. Os serviços prestados em decorrência deste Decreto serão sem ônus para o Município, sendo considerados de caráter relevante e de interesse Público, nos termos do artigo 4º, da Lei Municipal nº. 2.155/2010.

Artigo 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Artigo 4º. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 26 de agosto de 2025.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal

ELIEL MENDES DOS SANTOS SALES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ
Secretário Municipal de Finanças e Planejamento Orçamentário

ERIC DUDIK ROGERIO
Secretário Municipal de Negócios Jurídicos

DECRETO nº. 1040/2025

O Prefeito de Jaguaraiá, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 37, inciso II da Constituição Federal, artigo 67, incisos X, XI e XXVI da Lei Orgânica do Município; Lei Municipal nº. 1922/2009; c/c art. 61, inciso I da Lei Municipal nº. 2155/2010, e ainda com base no Protocolo Geral sob nº. 12043/2025,

Considerando, a Lei Municipal nº. 2903/2022 de 25/03/2022;

Considerando a necessidade de que a servidora esteja à disposição da Administração sempre que chamada, e está à disposição da Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, nas diversas atribuições que lhe foi incumbida;

Considerando os princípios básicos estabelecidos no artigo 37 da nossa Lei maior, bem como o princípio da supremacia do interesse público;

Considerando o cumprimento do artigo 3º, da Lei Municipal nº. 2903/2022, onde o Secretário da Pasta requereu e o Chefe do Poder Executivo aprovou seu pedido;

Considerando que, além da servidora exercer as funções próprias de seu cargo de Auxiliar de Enfermagem junto à Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, responderá pela assistência à saúde e bem estar dos pacientes da Unidade Básica de Saúde - UBS do bairro Gentil e também no domicílio conforme área de abrangência no decorrer e depois do expediente inclusive aos sábados, domingos e feriados. Realizando busca ativa de pacientes assim como o monitoramento de pacientes faltosos, hipertensos diabéticos, gestantes alto risco, crianças baixo peso, busca ativa de vacinação atrasada (aprazamento), comunicar os pacientes sobre exames agendados na zona urbana bem como orientações e preparo para procedimentos, realizando curativos, retirada de pontos, administração de medicamentos injetáveis na UBS e domicílio, conforme prescrição médica e supervisão da enfermeira coordenadora da APS (Rural), é responsável por manter o cadastro dos pacientes atualizados e também no agendamento de consultas com clínico geral nas unidades básicas de saúde na zona urbana, para os pacientes que solicitarem no bairro que atua. Participará de todas as atividades, reuniões e cursos quando for solicitada. Responsável pela identificação e esterilização de instrumentos e materiais, para uso em curativos e retiradas de pontos, realizar dispensação de medicamentos conforme prescrição médica aos pacientes de sua área de atendimento, solicitar atendimento ao SAMU aos pacientes quando ocorrer acidentes graves e realizar monitoramento aos pacientes idosos, paciente crônicos; realizar atividades de conscientização a população rural de seu bairro relacionados a cursos

profissionalizantes, segurança no trabalho, dengue, cessação ao tabaco, álcool e drogas, violência doméstica, dentre outras ações pertinentes aos seu cargo,

RESOLVE

Artigo 1º. CONCEDER à servidora com cargo em provimento efetivo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, senhora LUCI BARBOSA MARTINS, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. XXX.252-9 SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº. XXX.XXX.979-87, matriculada sob nº. 3.187, Gratificação de Função FG 05, o que corresponde ao percentual de 50% (cinquenta por cento), do vencimento básico da servidora.

Artigo 2º. Fica revogado o Decreto nº. 521/2025.

Artigo 3º. Este Decreto entrará em vigor na presente data.

Artigo 4º. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 26 de agosto de 2025.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal

ELIEL MENDES DOS SANTOS SALES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ
Secretário Municipal de Finanças e Planejamento Orçamentário

MARLUS BARBOSA PEREIRA
Secretário Municipal de Saúde

DECRETO nº. 1041/2025

Súmula: Dispõe sobre a Autorização para abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.386.000,00 (um milhão, trezentos e oitenta e seis mil reais).

O Prefeito Municipal de Jaguaraiá, Estado de Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 67 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de novembro de 2002, Lei Federal nº. 4.320/64 e artigo 4º, e 7º, da Lei Municipal nº. 3.018/2024,

DECRETA

Artigo 1º. Fica aberto no Orçamento Geral do Município de Jaguaraiá, no Corrente Exercício Financeiro, um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.386.000,00 (um milhão, trezentos e oitenta e seis mil reais) para as seguintes Dotações Orçamentárias:

11 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS
2.063 Manutenção dos Serv. Adm. do Fundo Municipal de Saúde
283 4.4.90.52.00.00 0867 Equipamentos e Material Permanente 396.000,00

07 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA - SEMIL
1.003 Obras Públicas
125 4.4.90.51.00.00 0868 Obras e Instalações 990.000,00

Artigo. 2º. Os recursos necessários à suplementação a que se refere o artigo anterior, decorrerão do artigo 4º, incisos I, II, III, IV e V, artigo 7º, Parágrafo 1º, e 2º, inciso II da Lei nº. 3.018/2024, artigo 43, Parágrafo 1º, inciso II, da Lei nº. 4.320/1964, provenientes:

I. Oriundos de excesso de arrecadação das seguintes fontes:

Fonte	Descrição	Valor
0867	Emenda Especial Saúde - Van 18 Lugares - Beto Richa	396.000,00
0868	Emenda Especial Iluminação Distrito Industrial - Pedro Lupion	990.000,00

Artigo 3º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir na Lei Municipal nº. 2.866, de 02 de agosto de 2021 (Plano Plurianual - PPA 2022 - 2025).

Artigo 4º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir na Lei Municipal nº. 3.012, de 25 de setembro de 2024 (Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2025).

Artigo 5º. Este Decreto entrará em vigor na presente data.

Artigo 6º. Publique-se, registre-se e anote-se.

Gabinete do Prefeito, 27 de agosto de 2025.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal

ELIEL MENDES DOS SANTOS SALES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ
Secretário Municipal de Finanças e Planejamento Orçamentário



SEARH

EDITAL DE CONVOCAÇÃO – 025 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2024

O Prefeito de Jaguaraiá, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições legais, e em atendimento ao Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2024, resolve:

CONVOCAR

Os(as) candidatos(as) abaixo relacionados(as), aprovados(as) no Processo Seletivo Simplificado, homologado através do Edital de Homologação nº 011/2024, para que no período de **27 de agosto a 08 de setembro de 2025**, apresentem cópia dos seguintes documentos, acompanhado dos originais, junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Jaguaraiá:

- a) 01 (uma) Foto 3x4 recente;

b) Carteira de Identidade;

c) Título de Eleitor;

d) Cadastro de Pessoa Física (CPF);

e) Certidão de Nascimento/Casamento;

f) Certidão de Nascimento dos filhos dependentes até 21 anos;

g) Comprovante de quitação com as obrigações militares (para homens);

h) Comprovante de inscrição no PIS / PASEP (ativo);

i) Carteira de digital;

j) Comprovante de escolaridade exigido para o cargo;

k) Certidão de quitação das obrigações eleitorais (expedida pelo Cartório Eleitoral);

l) Certidão de Antecedentes Criminais;

m) Comprovante de endereço atualizado;

n) Habilitação no Órgão de Classe;

o) RG e CPF do cônjuge ou companheiro(a);

p) CPF dos filhos dependentes até 21 anos

q) Extrato previdenciário (CNIS – Cadastro Nacional de Informações Sociais)

CARGO: INSTRUCTOR EDUCACIONAL

CLASSIF.	NOME	INSC.	JUSTIFICATIVA
10º (FINAL DE LISTA)	GISELE DA SILVA CORREA	10258	PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEMEC E DEVIDO O NÃO COMPREENDIMENTO DE BARBARA SANTOS HELEUTERO E DEVIDO O NÃO COMPREENDIMENTO DE SOLANGE PRISTES GUIMARÃES E DEVIDO O PEDIDO DE FINAL DE LISTA DE EDNEIRA DO CARMO DA SILVA THOME E DEVIDO PEDIDO DE FINAL DE LISTA DE CARLA KAROLINE LAURO DE MELO E DEVIDO PEDIDO DE FINAL DE LISTA DE MARCIA DA SILVA PAULA E DEVIDO O NÃO COMPREENDIMENTO DE GABRIELI BARRETO MONTEIRO E DEVIDO O NÃO COMPREENDIMENTO DE MARIA GABRIELA CAMARÃO BARRETO

Prefeitura Municipal de Jaguaraiava, em 27 de agosto de 2025.

JOSÉ SLOBODA

Prefeito Municipal

EUEI MENDES DOS SANTOS SALES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIAÍVA - PR
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DISPENSA LICITAÇÃO
Nº36/2025

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Buffet (sistema self service).

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 09h00min do dia 28 agosto de 2025 até às 09h50min do dia 02 de setembro de 2025.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 10h00min do dia 02 de setembro de 2025.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O edital completo poderá ser examinado através do endereço eletrônico:

<https://transparencia.betha.cloud/#/H5O-RxRurTVXzQsU63HQ==/consulta/93224>

Maiores Informações e-mail: contratacoes@jaguaraiava.pr.gov.br

Tel.: 43 3535 5498

Jaguaraiava, 27 de agosto de 2025.

JOSÉ SLOBODA

Prefeito Municipal



SAMAE

EXTRATO DE CONTRATO Nº 017/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/2025

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JAGUARIAÍVA

CONTRATADA: CNPJ: HIDROCLEAN – GEOLOGIA E HIDROGEOLOGIA LTDA
41 033 7040/001-48

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a execução de levantamento geofísico por resistividade elétrica, utilizando as técnicas de Caminhamento Elétrico (CE) com o objetivo de caracterizar o subsolo da região da ETA Três Bocas e indicar pontos propícios para a perfuração de poços tubulares profundos, a fim de aumentar a segurança hídrica do município, obedecendo rigorosamente às especificações que integram o Termo de Referência, da Dispensa de Licitação 010/2025.

VALOR ANUAL: R\$ 21.500,00 (vinte e um mil e quinhentos reais)

VIGÊNCIA: 22 de agosto de 2025 a 21 de agosto de 2026

DOTAÇÃO: 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

3.3.90.39.99.00 – Demais Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Jaguaraiava, 22 de agosto de 2025.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 016/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 009/2025

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JAGUARIAÍVA

CONTRATADA: CNPJ: QUADRAT INCORPORAÇÃO E GEOTECNOLOGIAS LTDA
45 905 228/0001-70

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a execução de levantamento batimétrico das cinco lagoas integrantes da Estação de Tratamento de Esgoto Doméstico (ETED), operada pelo SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaguaraiava-PR, localizada na zona urbana do município, na Rua Porto Velho nº 140, Jardim São Roque, obedecendo rigorosamente às especificações que integram o Termo de Referência, da Dispensa de Licitação 009/2025.

VALOR ANUAL: R\$ 25.900,00 (vinte e cinco mil e novecentos reais)

VIGÊNCIA: 22 de agosto de 2025 a 21 de agosto de 2026

DOTAÇÃO: 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

3.3.90.39.99.00 – Demais Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Jaguaraiava, 22 de agosto de 2025.



EXPEDIENTE

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE JAGUARIAÍVA

Rosana Araújo Lopes - MTB. nº 3194 - PR

Jornalista Responsável

Secretaria Municipal de Comunicação

Rua Leônidas Ferreira de Barros, s/nº - Cidade Alta

(43) 3535 9306

E-mail: comunicacao@jaguaraiava.pr.gov.br



EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2025
CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
VIGÊNCIA 12 MESES - ASSINATURA 26/08/2025

ROLP RENTAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no CNPJ 10.858.746/0001-84, com sede na Avenida Dra. Fernanda do Amaral Gentile, 453 – Sala 02 – Centro – na cidade de Itaipava/PR – CEP: 84.900-00 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2025.

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UN	QUANT	VALOR UN	VALOR TOTAL
01	Massa asfáltica usinada a quente para aplicação a frio, preparada com agregados pétreos, CAP 50/70 modificada por aditivo retardador de cura, com teor mínimo de betume de 5,5%, densidade aparente da massa em no máximo 2,50 g/cm³, granulometria passante mínima 98% na peneira 3/8, massa pronta para uso, sem necessidade de imprimação ou pintura de ligação, podendo ser aplicada inclusive em dias de chuva, sem perda de adesão e aderência. Ideal para lajea buracos.	SC	4.500	R\$ 17,00	R\$ 76.500,00



CONSELHOS



CMDC - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE JAGUARIAÍVA - PR

Travessa Silvério Carneiro, 70 Cidade Alta – Fone (043) 3535-3363

ATA Nº 390/2025

Ans visto e cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte cinco, às quinze horas, e trinta minutos, conforme convocação reuniram-se ordinariamente na sala de reuniões do Projeto Pescar, nesta cidade de Jaguaraiava-Paraná, os conselheiros do CMDC e Conselho Tutelar, a Presidente Sra. Simone Leite Cunha agradeceu a presença dos conselheiros e passou a tratar da Pauta do Dia: Portaria 001/2025 e Portaria 002/2025 as quais tratam da Instauração de Processo de Sindicância para Apuração de Suposta Irregularidade Administrativa cometida pelo Conselheiro Tutelar José Crair de Oliveira,

conforme Art. 47 da Lei Municipal nº 2.743/2018, e o Afastamento de suas funções até o término do Processo Administrativo. Em seguida a senhora Presidente passou a fazer a leitura do Relatório Final de Sindicância da Portaria 002/2025 que nos remeteu para levar ao conhecimento de vós conselheiros que a Comissão de Sindicância, finaliza o 1º Etapa das duas portarias e elaborou Relatório Final das duas portarias acima citadas. Passou a fazer a leitura do Relatório Final de Sindicância da Portaria 001/2025 que consta Histórico da Denúncia, Trabalhos da Comissão, Provas/ Relatos das Testemunhas, Análise da Comissão da Prova e o Conclusão, a qual decide pela Instauração do Processo Administrativo do Conselheiro Tutelar José Crair de Oliveira e o Afastamento de suas funções até o término do Processo Administrativo. Em seguida a senhora Presidente passou a fazer a leitura do Relatório Final de Sindicância da Portaria 002/2025 que consta Histórico da Denúncia, Trabalhos da Comissão, Provas/ Relatos das Testemunhas, Análise da Comissão da Prova e o Conclusão, a qual decide pela Instauração do Processo Administrativo do Conselheiro Tutelar José Crair de Oliveira e o Afastamento de suas funções até o término do Processo Administrativo, cabe salientar que todo trabalho da Comissão Sindicância está sendo orientada pela Lei Municipal nº 2.743/2018. Em seguida para dar andamento a 2ª etapa da Sindicância temos que eleger a 2ª Comissão que terá que ser composta por 4 (quatro) membros sendo 1 (um) da Administração Pública Municipal: Ana Julia Nogueira de Castro e 1 (um) da Sociedade Civil – Simone Leite Cunha e 2 do Conselho Tutelar – Sonia Teresinha Moraes Camargo e Miriam Aparecida de Pizol Silva e com aprovação unânime dos presentes e foi escolhida a Comissão que irá acompanhar a instauração do Processo Administrativo, fica o CMDC responsável pela Portaria dos conselheiros e não mais havendo a tratar encerramos a reunião e Simone Leite Cunha, leu e presente ao que após lida está anexada pelo presente. Jaguaraiava, 25 de agosto de 2025.

ATA Nº 390/2025

Ans visto e cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte cinco, às quinze horas, e trinta minutos, conforme convocação reuniram-se ordinariamente na sala de reuniões do Projeto Pescar, nesta cidade de Jaguaraiava-Paraná, os conselheiros do CMDC e Conselho Tutelar, a Presidente Sra. Simone Leite Cunha agradeceu a presença dos conselheiros e passou a tratar da Pauta do Dia: Portaria 001/2025 e Portaria 002/2025 as quais tratam da Instauração de Processo de Sindicância para Apuração de Suposta Irregularidade Administrativa cometida pelo Conselheiro Tutelar José Crair de Oliveira,

conforme Art. 47 da Lei Municipal nº 2.743/2018, e o Afastamento de suas funções até o término do Processo Administrativo. Em seguida a senhora Presidente passou a fazer a leitura do Relatório Final de Sindicância da Portaria 002/2025 que nos remeteu para levar ao conhecimento de vós conselheiros que a Comissão de Sindicância, finaliza o 1º Etapa das duas portarias e elaborou Relatório Final das duas portarias acima citadas. Passou a fazer a leitura do Relatório Final de Sindicância da Portaria 001/2025 que consta Histórico da Denúncia, Trabalhos da Comissão, Provas/ Relatos das Testemunhas, Análise da Comissão da Prova e o Conclusão, a qual decide pela Instauração do Processo Administrativo do Conselheiro Tutelar José Crair de Oliveira e o Afastamento de suas funções até o término do Processo Administrativo, cabe salientar que todo trabalho da Comissão Sindicância está sendo orientada pela Lei Municipal nº 2.743/2018. Em seguida para dar andamento a 2ª etapa da Sindicância temos que eleger a 2ª Comissão que terá que ser composta por 4 (quatro) membros sendo 1 (um) da Administração Pública Municipal: Ana Julia Nogueira de Castro e 1 (um) da Sociedade Civil – Simone Leite Cunha e 2 do Conselho Tutelar – Sonia Teresinha Moraes Camargo e Miriam Aparecida de Pizol Silva e com aprovação unânime dos presentes e foi escolhida a Comissão que irá acompanhar a instauração do Processo Administrativo, fica o CMDC responsável pela Portaria dos conselheiros e não mais havendo a tratar encerramos a reunião e Simone Leite Cunha, leu e presente ao que após lida está anexada pelo presente. Jaguaraiava, 25 de agosto de 2025.

ATA Nº 390/2025

Ans visto e cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte cinco, às quinze horas, e trinta minutos, conforme convocação reuniram-se ordinariamente na sala de reuniões do Projeto Pescar, nesta cidade de Jaguaraiava-Paraná, os conselheiros do CMDC e Conselho Tutelar, a Presidente Sra. Simone Leite Cunha agradeceu a presença dos conselheiros e passou a tratar da Pauta do Dia: Portaria 001/2025 e Portaria 002/2025 as quais tratam da Instauração de Processo de Sindicância para Apuração de Suposta Irregularidade Administrativa cometida pelo Conselheiro Tutelar José Crair de Oliveira,

conforme Art. 47 da Lei Municipal nº 2.743/2018, e o Afastamento de suas funções até o término do Processo Administrativo. Em seguida a senhora Presidente passou a fazer a leitura do Relatório Final de Sindicância da Portaria 002/2025 que nos remeteu para levar ao conhecimento de vós conselheiros que a Comissão de Sindicância, finaliza o 1º Etapa das duas portarias e elaborou Relatório Final das duas portarias acima citadas. Passou a fazer a leitura do Relatório Final de Sindicância da Portaria 001/2025 que consta Histórico da Denúncia, Trabalhos da Comissão, Provas/ Relatos das Testemunhas, Análise da Comissão da Prova e o Conclusão, a qual decide pela Instauração do Processo Administrativo do Conselheiro Tutelar José Crair de Oliveira e o Afastamento de suas funções até o término do Processo Administrativo, cabe salientar que todo trabalho da Comissão Sindicância está sendo orientada pela Lei Municipal nº 2.743/2018. Em seguida para dar andamento a 2ª etapa da Sindicância temos que eleger a 2ª Comissão que terá que ser composta por 4 (quatro) membros sendo 1 (um) da Administração Pública Municipal: Ana Julia Nogueira de Castro e 1 (um) da Sociedade Civil – Simone Leite Cunha e 2 do Conselho Tutelar – Sonia Teresinha Moraes Camargo e Miriam Aparecida de Pizol Silva e com aprovação unânime dos presentes e foi escolhida a Comissão que irá acompanhar a instauração do Processo Administrativo, fica o CMDC responsável pela Portaria dos conselheiros e não mais havendo a tratar encerramos a reunião e Simone Leite Cunha, leu e presente ao que após lida está anexada pelo presente. Jaguaraiava, 25 de agosto de 2025.

ATA Nº 390/2025

Ans visto e cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte cinco, às quinze horas, e trinta minutos, conforme convocação reuniram-se ordinariamente na sala de reuniões do Projeto Pescar, nesta cidade de Jaguaraiava-Paraná, os conselheiros do CMDC e Conselho Tutelar, a Presidente Sra. Simone Leite Cunha agradeceu a presença dos conselheiros e passou a tratar da Pauta do Dia: Portaria 001/2025 e Portaria 002/2025 as quais tratam da Instauração de Processo de Sindicância para Apuração de Suposta Irregularidade Administrativa cometida pelo Conselheiro Tutelar José Crair de Oliveira,

conforme Art. 47 da Lei Municipal nº 2.743/2018, e o Afastamento de suas funções até o término do Processo Administrativo. Em seguida a senhora Presidente passou a fazer a leitura do Relatório Final de Sindicância da Portaria 002/2025 que nos remeteu para levar ao conhecimento de vós conselheiros que a Comissão de Sindicância, finaliza o 1º Etapa das duas portarias e elaborou Relatório Final das duas portarias acima citadas. Passou a fazer a leitura do Relatório Final de Sindicância da Portaria 001/2025 que consta Histórico da Denúncia, Trabalhos da Comissão, Provas/ Relatos das Testemunhas, Análise da Comissão da Prova e o Conclusão, a qual decide pela Instauração do Processo Administrativo do Conselheiro Tutelar José Crair de Oliveira e o Afastamento de suas funções até o término do Processo Administrativo, cabe salientar que todo trabalho da Comissão Sindicância está sendo orientada pela Lei Municipal nº 2.743/2018. Em seguida para dar andamento a 2ª etapa da Sindicância temos que eleger a 2ª Comissão que terá que ser composta por 4 (quatro) membros sendo 1 (um) da Administração Pública Municipal: Ana Julia Nogueira de Castro e 1 (um) da Sociedade Civil – Simone Leite Cunha e 2 do Conselho Tutelar – Sonia Teresinha Moraes Camargo e Miriam Aparecida de Pizol Silva e com aprovação unânime dos presentes e foi escolhida a Comissão que irá acompanhar a instauração do Processo Administrativo, fica o CMDC responsável pela Portaria dos conselheiros e não mais havendo a tratar encerramos a reunião e Simone Leite Cunha, leu e presente ao que após lida está anexada pelo presente. Jaguaraiava, 25 de agosto de 2025.

ATA Nº 390/2025

Ans visto e cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte cinco, às quinze horas, e trinta minutos, conforme convocação reuniram-se ordinariamente na sala de reuniões do Projeto Pescar, nesta cidade de Jaguaraiava-Paraná, os conselheiros do CMDC e Conselho Tutelar, a Presidente Sra. Simone Leite Cunha agradeceu a presença dos conselheiros e passou a tratar da Pauta do Dia: Portaria 001/2025 e Portaria 002/2025 as quais tratam da Instauração de Processo de Sindicância para Apuração de Suposta Irregularidade Administrativa cometida pelo Conselheiro Tutelar José Crair de Oliveira,

conforme Art. 47 da Lei Municipal nº 2.743/2018, e o Afastamento de suas funções até o término do Processo Administrativo. Em seguida a senhora Presidente passou a fazer a leitura do Relatório Final de Sindicância da Portaria 002/2025 que nos remeteu para levar ao conhecimento de vós conselheiros que a Comissão de Sindicância, finaliza o 1º Etapa das duas portarias e elaborou Relatório Final das duas portarias acima citadas. Passou a fazer a leitura do Relatório Final de Sindicância da Portaria 001/2025 que consta Histórico da Denúncia, Trabalhos da Comissão, Provas/ Relatos das Testemunhas, Análise da Comissão da Prova e o Conclusão, a qual decide pela Instauração do Processo Administrativo do Conselheiro Tutelar José Crair de Oliveira e o Afastamento de suas funções até o término do Processo Administrativo, cabe salientar que todo trabalho da Comissão Sindicância está sendo orientada pela Lei Municipal nº 2.743/2018. Em seguida para dar andamento a 2ª etapa da Sindicância temos que eleger a 2ª Comissão que terá que ser composta por 4 (quatro) membros sendo 1 (um) da Administração Pública Municipal: Ana Julia Nogueira de Castro e 1 (um) da Sociedade Civil – Simone Leite Cunha e 2 do Conselho Tutelar – Sonia Teresinha Moraes Camargo e Miriam Aparecida de Pizol Silva e com aprovação unânime dos presentes e foi escolhida a Comissão que irá acompanhar a instauração do Processo Administrativo, fica o CMDC responsável pela Portaria dos conselheiros e não mais havendo a tratar encerramos a reunião e Simone Leite Cunha, leu e presente ao que após lida está anexada pelo presente. Jaguaraiava, 25 de agosto de 2025.

ATA Nº 390/2025

Ans visto e cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte cinco, às quinze horas, e trinta minutos, conforme convocação reuniram-se ordinariamente na sala de reuniões do Projeto Pescar, nesta cidade de Jaguaraiava-Paraná, os conselheiros do CMDC e Conselho Tutelar, a Presidente Sra. Simone Leite Cunha agradeceu a presença dos conselheiros e passou a tratar da Pauta do Dia: Portaria 001/2025 e Portaria 002/2025 as quais tratam da Instauração de Processo de Sindicância para Apuração de Suposta Irregularidade Administrativa cometida pelo Conselheiro Tutelar José Crair de Oliveira,

conforme Art. 47 da Lei Municipal nº 2.743/2018, e o Afastamento de suas funções até o término do Processo Administrativo. Em seguida a senhora Presidente passou a fazer a leitura do Relatório Final de Sindicância da Portaria 002/2025 que nos remeteu para levar ao conhecimento de vós conselheiros que a Comissão de Sindicância, finaliza o 1º Etapa das duas portarias e elaborou Relatório Final das duas portarias acima citadas. Passou a fazer a leitura do Relatório Final de Sindicância da Portaria 001/2025 que consta Histórico da Denúncia, Trabalhos da Comissão, Provas/ Relatos das Testemunhas, Análise da Comissão da Prova e o Conclusão, a qual decide pela Instauração do Processo Administrativo do Conselheiro Tutelar José Crair de Oliveira e o Afastamento de suas funções até o término do Processo Administrativo, cabe salientar que todo trabalho da Comissão Sindicância está sendo orientada pela Lei Municipal nº 2.743/2018. Em seguida para dar andamento a 2ª etapa da Sindicância temos que eleger a 2ª Comissão que terá que ser composta por 4 (quatro) membros sendo 1 (um) da Administração Pública Municipal: Ana Julia Nogueira de Castro e 1 (um) da Sociedade Civil – Simone Leite Cunha e 2 do Conselho Tutelar – Sonia Teresinha Moraes Camargo e Miriam Aparecida de Pizol Silva e com aprovação unânime dos presentes e foi escolhida a Comissão que irá acompanhar a instauração do Processo Administrativo, fica o CMDC responsável pela Portaria dos conselheiros e não mais havendo a tratar encerramos a reunião e Simone Leite Cunha, leu e presente ao que após lida está anexada pelo presente. Jaguaraiava, 25 de agosto de 2025.

ATA Nº 390/2025

Ans visto e cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte cinco, às quinze horas, e trinta minutos, conforme convocação reuniram-se ordinariamente na sala de reuniões do Projeto Pescar, nesta cidade de Jaguaraiava-Paraná, os conselheiros do CMDC e Conselho Tutelar, a Presidente Sra. Simone Leite Cunha agradeceu a presença dos conselheiros e passou a tratar da Pauta do Dia: Portaria 001/2025 e Portaria 002/2025 as quais tratam da Instauração de Processo de Sindicância para Apuração de Suposta Irregularidade Administrativa cometida pelo Conselheiro Tutelar José Crair de Oliveira,

conforme Art. 47 da Lei Municipal nº 2.743/2018, e o Afastamento de suas funções até o término do Processo Administrativo. Em seguida a senhora Presidente passou a fazer a leitura do Relatório Final de Sindicância da Portaria 002/2025 que nos remeteu para levar ao conhecimento de vós conselheiros que a Comissão de Sindicância, finaliza o 1º Etapa das duas portarias e elaborou Relatório Final das duas portarias acima citadas. Passou a fazer a leitura do Relatório Final de Sindicância da Portaria 001/2025 que consta Histórico da Denúncia, Trabalhos da Comissão, Provas/ Relatos das Testemunhas, Análise da Comissão da Prova e o Conclusão, a qual decide pela Instauração do Processo Administrativo do Conselheiro Tutelar José Crair de Oliveira e o Afastamento de suas funções até o término do Processo Administrativo, cabe salientar que todo trabalho da Comissão Sindicância está sendo orientada pela Lei Municipal nº 2.743/2018. Em seguida para dar andamento a 2ª etapa da Sindicância temos que eleger a 2ª Comissão que terá que ser composta por 4 (quatro) membros sendo 1 (um) da Administração Pública Municipal: Ana Julia Nogueira de Castro e 1 (um) da Sociedade Civil – Simone Leite Cunha e 2 do Conselho Tutelar – Sonia Teresinha Moraes Camargo e Miriam Aparecida de Pizol Silva e com aprovação unânime dos presentes e foi escolhida a Comissão que irá acompanhar a instauração do Processo Administrativo, fica o CMDC responsável pela Portaria dos conselheiros e não mais havendo a tratar encerramos a reunião e Simone Leite Cunha, leu e presente ao que após lida está anexada pelo presente. Jaguaraiava, 25 de agosto de 2025.

ATA Nº 390/2025

Ans visto e cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte cinco, às quinze horas, e trinta minutos, conforme convocação reuniram-se ordinariamente na sala de reuniões do Projeto Pescar, nesta cidade de Jaguaraiava-Paraná, os conselheiros do CMDC e Conselho Tutelar, a Presidente Sra. Simone Leite Cunha agradeceu a presença dos conselheiros e passou a tratar da Pauta do Dia: Portaria 001/2025 e Portaria 002/2025 as quais tratam da Instauração de Processo de Sindicância para Apuração de Suposta Irregularidade Administrativa cometida pelo Conselheiro Tutelar José Crair de Oliveira,

conforme Art. 47 da Lei Municipal nº 2.743/2018, e o Afastamento de suas funções até o término do Processo Administrativo. Em seguida a senhora Presidente passou a fazer a leitura do Relatório Final de Sindicância da Portaria 002/2025 que nos remeteu para levar ao conhecimento de vós conselheiros que a Comissão de Sindicância, finaliza o 1º Etapa das duas portarias e elaborou Relatório Final das duas portarias acima citadas. Passou a fazer a leitura do Relatório Final de Sindicância da Portaria 001/2025 que consta Histórico da Denúncia, Trabalhos da Comissão, Provas/ Relatos das Testemunhas, Análise da Comissão da Prova e o Conclusão, a qual decide pela Instauração do Processo Administrativo do Conselheiro Tutelar José Crair de Oliveira e o Afastamento de suas funções até o término do Processo Administrativo, cabe salientar que todo trabalho da Comissão Sindicância está sendo orientada pela Lei Municipal nº 2.743/2018. Em seguida para dar andamento a 2ª etapa da Sindicância temos que eleger a 2ª Comissão que terá que ser composta por 4 (quatro) membros sendo 1 (um) da Administração Pública Municipal: Ana Julia Nogueira de Castro e 1 (um) da Sociedade Civil – Simone Leite Cunha e 2 do Conselho Tutelar – Sonia Teresinha Moraes Camargo e Miriam Aparecida de Pizol Silva e com aprovação unânime dos presentes e foi escolhida a Comissão que irá acompanhar a instauração do Processo Administrativo, fica o CMDC responsável pela Portaria dos conselheiros e não mais havendo a tratar encerramos a reunião e Simone Leite Cunha, leu e presente ao que após lida está anexada pelo presente. Jaguaraiava, 25 de agosto de 2025.

ATA Nº 390/2025

Ans visto e cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte cinco, às quinze horas, e trinta minutos, conforme convocação reuniram-se ordinariamente na sala de reuniões do Projeto Pescar, nesta cidade de Jaguaraiava-Paraná, os conselheiros do CMDC e Conselho Tutelar, a Presidente Sra. Simone Leite Cunha agradeceu a presença dos conselheiros e passou a tratar da Pauta do Dia: Portaria 001/2025 e Portaria 002/2025 as quais tratam da Instauração de Processo de Sindicância para Apuração de Suposta Irregularidade Administrativa cometida pelo Conselheiro Tutelar José Crair de Oliveira,

conforme Art. 47 da Lei Municipal nº 2.743/2018, e o Afastamento de suas funções até o término do Processo Administrativo. Em seguida a senhora Presidente passou a fazer a leitura do Relatório Final de Sindicância da Portaria 002/2025 que nos remeteu para levar ao conhecimento de vós conselheiros que a Comissão de Sindicância, finaliza o 1º Etapa das duas portarias e elaborou Relatório Final das duas portarias acima citadas. Passou a fazer a leitura do Relatório Final de Sindicância da Portaria 001/2025 que consta Histórico da Denúncia, Trabalhos da Comissão, Provas/ Relatos das Testemunhas, Análise da Comissão da Prova e o Conclusão, a qual decide pela Instauração do Processo Administrativo do Conselheiro Tutelar José Crair de Oliveira e o Afastamento de suas funções até o término do Processo Administrativo, cabe salientar que todo trabalho da Comissão Sindicância está sendo orientada pela Lei Municipal nº 2.743/2018. Em seguida para dar andamento a 2ª etapa da Sindicância temos que eleger a 2ª Comissão que terá que ser composta por 4 (quatro) membros sendo 1 (um) da Administração Pública Municipal: Ana Julia Nogueira de Castro e 1 (um) da Sociedade Civil – Simone Leite Cunha e 2 do Conselho Tutelar – Sonia Teresinha Moraes Camargo e Miriam Aparecida de Pizol Silva e com aprovação unânime dos presentes e foi escolhida a Comissão que irá acompanhar a instauração do Processo Administrativo, fica o CMDC responsável pela Portaria dos conselheiros e não mais havendo a tratar encerramos a reunião e Simone Leite Cunha, leu e presente ao que após lida está anexada pelo presente. Jaguaraiava, 25 de agosto de 2025.

ATA Nº 390/2025

Ans visto e cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte cinco, às quinze horas, e trinta minutos, conforme convocação reuniram-se ordinariamente na sala de reuniões do Projeto Pescar, nesta cidade de Jaguaraiava-Paraná, os conselheiros do CMDC e Conselho Tutelar, a Presidente Sra. Simone Leite Cunha agradeceu a presença dos conselheiros e passou a tratar da Pauta do Dia: Portaria 001/2025 e Portaria 002/2025 as quais tratam da Instauração de Processo de Sindicância para Apuração de Suposta Irregularidade Administrativa cometida pelo Conselheiro Tutelar José Crair de Oliveira,

conforme Art. 47 da Lei Municipal nº 2.743/2018, e o Afastamento de suas funções até o término do Processo Administrativo. Em seguida a senhora Presidente passou a fazer a leitura do Relatório Final de Sindicância da Portaria 002/2025 que nos remeteu para levar ao conhecimento de vós conselheiros que a Comissão de Sindicância, finaliza o 1º Etapa das duas portarias e elaborou Relatório Final das duas portarias acima citadas. Passou a fazer a leitura do Relatório Final de Sindicância da Portaria 001/2025 que consta Histórico da Denúncia, Trabalhos da Comissão, Provas/ Relatos das Testemunhas, Análise da Comissão da Prova e o Conclusão, a qual decide pela Instauração do Processo Administrativo do Conselheiro Tutelar José Crair de Oliveira e o Afastamento de suas funções até o término do Processo Administrativo, cabe salientar que todo trabalho da Comissão Sindicância está sendo orientada pela Lei Municipal nº 2.743/2018. Em seguida para dar andamento a 2ª etapa da Sindicância temos que eleger a 2ª Comissão que terá que ser composta por 4 (quatro) membros sendo 1 (um) da Administração Pública Municipal: Ana Julia Nogueira de Castro e 1 (um) da Sociedade Civil – Simone Leite Cunha e 2 do Conselho Tutelar – Sonia Teresinha Moraes Camargo e Miriam Aparecida de Pizol Silva e com aprovação unânime dos presentes e foi escolhida a Comissão que irá acompanhar a instauração do Processo Administrativo, fica o CMDC responsável pela Portaria dos conselheiros e não mais havendo a tratar encerramos a reunião e Simone Leite Cunha, leu e presente ao que após lida está anexada pelo presente. Jaguaraiava, 25 de agosto de 2025.

ATA Nº 390/2025

Ans visto e cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte cinco, às quinze horas, e trinta minutos, conforme convocação reuniram-se ordinariamente na sala de reuniões do Projeto Pescar, nesta cidade de Jaguaraiava-Paraná, os conselheiros do CMDC e Conselho Tutelar, a Presidente Sra. Simone Leite Cunha agradeceu a presença dos conselheiros e passou a tratar da Pauta do Dia: Portaria 001/2025 e Portaria 002/2025 as quais tratam da Instauração de Processo de Sindicância para Apuração de Suposta Irregularidade Administrativa cometida pelo Conselheiro Tutelar José Crair de Oliveira,

conforme Art. 47 da Lei Municipal nº 2.743/2018, e o Afastamento de suas funções até o término do Processo Administrativo. Em seguida a senhora Presidente passou a fazer a leitura do Relatório Final de Sindicância da Portaria 002/2025 que nos remeteu para levar ao conhecimento de vós conselheiros que a Comissão de Sindicância, finaliza o 1º Etapa das duas portarias e elaborou Relatório Final das duas portarias acima citadas. Passou a fazer a leitura do Relatório Final de Sindicância da Portaria 001/2025 que consta Histórico da Denúncia, Trabalhos da Comissão, Provas/ Relatos das Testemunhas, Análise da Comissão da Prova e o Conclusão, a qual decide pela Instauração do Processo Administrativo do Conselheiro Tutelar José Crair de Oliveira e o Afastamento de suas funções até o término do Processo Administrativo, cabe salientar que todo trabalho da Comissão Sindicância está sendo orientada pela Lei Municipal nº 2.743/2018. Em seguida para dar andamento a 2ª etapa da Sindicância temos que eleger a 2ª Comissão que terá que ser composta por 4 (quatro) membros sendo 1 (um) da Administração Pública Municipal: Ana Julia Nogueira de Castro e 1 (um) da Sociedade Civil – Simone Leite Cunha e 2 do Conselho Tutelar – Sonia Teresinha Moraes Camargo e Miriam Aparecida de Pizol Silva e com aprovação unânime dos presentes e foi escolhida a Comissão que irá acompanhar a instauração do Processo Administrativo, fica o CMDC responsável pela Portaria dos conselheiros e não mais havendo a tratar encerramos a reunião e Simone Leite Cunha, leu e presente ao que após lida está anexada pelo presente. Jaguaraiava, 25 de agosto de 2025.

ATA Nº 390/2025

Ans visto e cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte cinco, às quinze horas, e trinta minutos, conforme convocação reuniram-se ordinariamente na sala de reuniões do Projeto Pescar, nesta cidade de Jaguaraiava-Paraná, os conselheiros do CMDC e Conselho Tutelar, a Presidente Sra. Simone Leite Cunha agradeceu a presença dos conselheiros e passou a tratar da Pauta do Dia: Portaria 001/2025 e Portaria 002/2025 as quais tratam da Instauração de Processo de Sindicância para Apuração de Suposta Irregularidade Administrativa cometida pelo Conselheiro Tutelar José Crair de Oliveira,

conforme Art. 47 da Lei Municipal nº 2.743/2018, e o Afastamento de suas funções até o término do Processo Administrativo. Em seguida a senhora Presidente passou a fazer a leitura do Relatório Final de Sindicância da Portaria 002/2025 que nos remeteu para levar ao conhecimento de vós conselheiros que a Comissão de Sindicância, finaliza o 1º Etapa das duas portarias e elaborou Relatório Final das duas portarias acima citadas. Passou a fazer a leitura do Relatório Final de Sindicância da Portaria 001/2025 que consta Histórico da Denúncia, Trabalhos da Comissão, Provas/ Relatos das Testemunhas, Análise da Comissão da Prova e o Conclusão, a qual decide pela Instauração do Processo Administrativo do Conselheiro Tutelar José Crair de Oliveira e o Afastamento de suas funções até o término do Processo Administrativo, cabe salientar que todo trabalho da Comissão Sindicância está sendo orientada pela Lei Municipal nº 2.743/2018. Em seguida para dar andamento a 2ª etapa da Sindicância temos que eleger a 2ª Comissão que terá que ser composta por 4 (quatro) membros sendo 1 (um) da Administração Pública Municipal: Ana Julia Nogueira de Castro e 1 (um) da Sociedade Civil – Simone Leite Cunha e 2 do Conselho Tutelar – Sonia Teresinha Moraes Camargo e Miriam Aparecida de Pizol Silva e com aprovação unânime dos presentes e foi escolhida a Comissão que irá acompanhar a instauração do Processo Administrativo



Foram solicitados documentos ao Departamento Pessoal para apuração dos fatos descritos na sindicância.

Em data de 8 de julho de 2025, realizou reunião deliberativa, conforme ata junta:

Em 15 de agosto de 2025, a comissão realizou audiência para oitiva das testemunhas, Miriam e Célio, conforme atas da audiência, na presença do conselheiro tutelar José Crair de Oliveira, na sala de reuniões da Secretaria de Negócios Jurídicos do Município.

Na mesma data e após a oitiva das testemunhas, o conselheiro tutelar José Crair foi ouvido e apresentou sua versão sobre os fatos.

A Comissão Sindicância realizou os questionamentos necessários para os esclarecimentos dos fatos, bem como, solicitou informações diretas ao Departamento Pessoal – RH da Prefeitura, sendo que ao final, na audiência do dia 15/08/25 o conselheiro tutelar apresentou seu depoimento e confirmou os fatos afirmando que deixou o plantão antes do seu término às 08:00 horas.

III – DAS PROVAS.

No relato da testemunha Célio, esta afirmou que:

“[...] o conselheiro tutelar José Crair de Oliveira, deixou o celular do plantão por volta das 6:00 horas, para ser entregue para outro conselheiro;

Em depoimento José Crair de Oliveira, confirmou o fato de que deixou o celular do plantão por volta das 6:00 horas na caixa dos Correios da testemunha Célio, isso antes do término do seu plantão, que ocorreria às 8:00 horas; que também não comunicou, antecipadamente, o Departamento da Prefeitura sobre sua ausência injustificada entre os dias 24/02/25 a 28/02/25.

Também foi ouvida a testemunha Miriam – Conselheira Tutelar. Todas as declarações foram gravadas.

IV – DA ANÁLISE.

De acordo com o que consta no apurado pela Comissão de Sindicância, verifica-se que há indícios de violação de deveres funcionais e ausência de cumprimento do horário de plantão (artigo 41, § 2º, “b”), o que em tese pode

Portaria n.º 002/2025 - Página 2 de 4

caracterizar atos descritos nos incisos IV (proceder de modo incompatível ou falta de decoro), IX (recusar-se a prestar atendimento ou omitir-se a isso quanto ao exercício de suas atribuições, quando em expediente de funcionamento do Conselho Tutelar) do artigo 46 da Lei Municipal nº 2.743/2018, com a consequente pena de perda de mandato de conselheiro tutelar.

V – CONCLUSÃO.

Dessa forma, diante das razões anteriormente expostas, sugerimos, salvo melhor juízo do CMDCA, a **INSTAURAÇÃO** de Processo Administrativo em face do membro do Conselho Tutelar de Jaguariá-PR, Sr. **JOSÉ CRAIR DE OLIVEIRA**, por, em tese, ter praticado condutas descritas no presente relatório, incorrendo assim na prática de ilícitos administrativos legalmente previstos na Lei Municipal n.º 2.743/2018.

Sugerimos ao CMDCA o cumprimento das determinações do inciso IV do artigo 47 da Lei Municipal n.º 2.743/2018, para que seja dada ciência ao conselheiro tutelar processado, e que será afastado de suas funções até o término do processo administrativo, a ser instaurado mediante portaria, nos termos do artigo 48 da Lei Municipal n.º 2.743/2018.

Cumpre salientar que todos os atos praticados pela Comissão Sindicante foi calçado na Lei Municipal n.º 2.743/2018, atos esses em consonância aos princípios da Administração Pública, tais como: publicidade, moralidade, impessoalidade, legalidade e eficiência.

Encerrados os trabalhos, a Comissão de Sindicância encaminha o presente Relatório Final ao CMDCA com finalidade de dar andamento a devida abertura de processo administrativo.

Na certeza de termos envidado todos os esforços para cumprir o mandato que nos foi conferido, renovamos a oportunidade nosso respeito e consideração

É o relatório.

JAGUARIÁ-PR, 25 de agosto de 2025.

SIMONE LEITE CUNHA
Presidente do CMDCA

MARILIA FARIAS NEJAIN DE RESENDE
Membro da Comissão

CLÁUDIA MARA DA COSTA VEIGA
Membro da Comissão

LUCIANO DE OLIVEIRA MELO
Membro da Comissão



CMDCA - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE JAGUARIÁ-PR
Travessa Silveiro Carneiro, 70 Cidade Alta - Fone (043) 3535-3363

Portaria nº 005/2025, DISPÕE SOBRE INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA APURAÇÃO DE SUPUSTA VIOLAÇÃO DOS DEVERES FUNCIONAIS PELO CONSELHEIRO TUTELAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA do Município de Jaguariá-PR, no exercício de suas atribuições legais, com fundamento disposto na Lei Municipal n.º 2.743/2018, e do que consta no Relatório Final de Sindicância,

Considerando a observância estrita às disposições da Constituição Federal de 1988, especialmente seus princípios administrativos previstos no artigo 37.

Considerando o dever que do CMDCA possui de apurar minuciosamente todas as irregularidades e ilegalidades ocorridas em seu âmbito.

Considerando que toda e qualquer atividade que cause ou possa causar prejuízo à Administração Pública, há de ser examinada, não apenas com finalidade de aplicação do estatuto disciplinar, mas também, como forma de criar mecanismos eficazes de controle da atividade administrativa,

Considerando que a Comissão de Sindicância já apresentou o Relatório Final, concluindo os trabalhos para apuração dos fatos narrados no Boletim de Ocorrência n.º 2025/425286, de acordo com a Ata n.º 399/2025 do CMDCA;

Considerando a necessidade de dar a maior transparência possível aos atos da administração municipal, em atendimento aos seus princípios norteadores e aos cânones constitucionais.

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar a instauração Processo Administrativo, na forma do artigo 48 da Lei Municipal n.º 2.743/2018, em face do servidor JOSÉ CRAIR DE OLIVEIRA, tendo em vista que a conduta praticada pelo conselheiro tutelar, indica, em tese, incidência nos incisos IV e IX da Lei Municipal n.º 2.743/2018, a qual é merecedora de apuração que lhe é atribuída, pela Comissão de Processo Administrativo.

Art. 2º - A presente portaria é peça inicial do Processo Administrativo e será acompanhada dos autos referenciados.

Art. 3º - Na instrução probatória observar-se-á o disposto na Lei 2743/2018, aplicando subsidiariamente a Lei Municipal n.º 2.155/2010 – Estatuto do Servidor Público Municipal.

Art. 4º - A comissão processante, conforme ata n.º 399/2025 da Reunião Extraordinária do CMDCA, será composta pelos seguintes membros, todos com assento junto ao CMDCA: **SIMONE LEITE CUNHA, ANA JÚLIA NOGARI DE CASTRO, SONIA TEREZINHA MORAES CAMARGO e MIRIAM APARECIDA DE PIZZOL SILVA.**

Parágrafo único: Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como poderá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art.5º- A determinação de intimação/notificação do servidor JOSÉ CRAIR DE OLIVEIRA, membro do Conselho Tutelar do Município de Jaguariá-PR, de que ficará afastado de suas funções, a partir de 01/09/2025, até a conclusão do processo administrativo, sem prejuízo da remuneração, conforme dispõe o artigo 152 da Lei Municipal n.º 2.155/2010.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Jaguariá-PR, 27 de julho de 2025.

SIMONE LEITE CUNHA
Membro da Comissão

ANA JÚLIA NOGARI DE CASTRO
Membro da Comissão

SONIA TEREZINHA MORAES CAMARGO
Membro da Comissão

MIRIAM APARECIDA DE PIZZOL SILVA
Membro da Comissão



CMDCA - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE JAGUARIÁ-PR
Travessa Silveiro Carneiro, 70 Cidade Alta - Fone (043) 3535-3363

Portaria nº 006/2025, DISPÕE SOBRE INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA APURAÇÃO DE SUPUSTA VIOLAÇÃO DOS DEVERES FUNCIONAIS PELO CONSELHEIRO TUTELAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA do Município de Jaguariá-PR, no exercício de suas atribuições legais, com fundamento disposto na Lei Municipal n.º 2.743/2018, e do que consta no Relatório Final de Sindicância,

Considerando a observância estrita às disposições da Constituição Federal de 1988, especialmente seus princípios administrativos previstos no artigo 37.

Considerando o dever que do CMDCA possui de apurar minuciosamente todas as irregularidades e ilegalidades ocorridas em seu âmbito.

Considerando que toda e qualquer atividade que cause ou possa causar prejuízo à Administração Pública, há de ser examinada, não apenas com finalidade de aplicação do estatuto disciplinar, mas também, como forma de criar mecanismos eficazes de controle da atividade administrativa,

Considerando que a Comissão de Sindicância já apresentou o Relatório Final, concluindo os trabalhos para apuração dos fatos narrados no Processo n.º 8.462/2025, de acordo com a Ata n.º 399/2025 do CMDCA;

Considerando a necessidade de dar a maior transparência possível aos atos da administração municipal, em atendimento aos seus princípios norteadores e aos cânones constitucionais.

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar a instauração Processo Administrativo, na forma do artigo 48 da Lei Municipal n.º 2.743/2018, em face do servidor JOSÉ CRAIR DE OLIVEIRA, tendo em vista que a conduta praticada pelo conselheiro tutelar, indica, em tese, incidência nos incisos IV (proceder de modo incompatível ou falta de decoro), IX (recusar-se a prestar atendimento ou omitir-se a isso quanto ao exercício de suas atribuições, quando em expediente de funcionamento do Conselho Tutelar) e XI (deixar de comparecer no plantão no horário estabelecido) do artigo 46 da Lei Municipal n.º 2.743/2018, a qual é merecedora de apuração que lhe é atribuída, pela Comissão de Processo Administrativo.

Art. 2º - A presente portaria é peça inicial do Processo Administrativo e será acompanhada dos autos referenciados.

Art. 3º - Na instrução probatória observar-se-á o disposto na Lei 2743/2018, aplicando subsidiariamente a Lei Municipal n.º 2.155/2010 – Estatuto do Servidor Público Municipal.

Art. 4º - A comissão processante, conforme ata n.º 399/2025 da Reunião Extraordinária do CMDCA, será composta pelos seguintes membros, todos com assento junto ao CMDCA: **SIMONE LEITE CUNHA, ANA JÚLIA NOGARI DE CASTRO, SONIA TEREZINHA MORAES CAMARGO e MIRIAM APARECIDA DE PIZZOL SILVA.**

Parágrafo único: Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como poderá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art.5º- A determinação de intimação/notificação do servidor JOSÉ CRAIR DE OLIVEIRA, membro do Conselho Tutelar do Município de Jaguariá-PR, de que ficará afastado de suas funções, a partir de 01/09/2025, até a conclusão do processo administrativo, sem prejuízo da remuneração, conforme dispõe o artigo 152 da Lei Municipal n.º 2.155/2010.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.
Jaguariá-PR, 27 de julho de 2025.

SIMONE LEITE CUNHA
Membro da Comissão

ANA JÚLIA NOGARI DE CASTRO
Membro da Comissão

SONIA TEREZINHA MORAES CAMARGO
Membro da Comissão

MIRIAM APARECIDA DE PIZZOL SILVA
Membro da Comissão